



PARECER ÚNICO RECURSO Nº 1220/2018

Auto de Infração nº: 87076/2016	Processo CAP nº: 452405/2016
Auto de Fiscalização/BO nº: 33374/2016	Data: 26/09/2016
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 84, anexo II, código 214	

Processo: 452405/16



Autuado: Gilmar Guareschi	CNPJ / CPF: Pag.: 93 307.625.290-91
Município da infração: Buritis/MG	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental com formação jurídica	1402076-2	 Giselle Borges Alves Gestora Ambiental Masp: 1402076-2
Luiz Ricardo Viana Melo Gestor Ambiental com formação técnica	1306853-1	 Luiz Ricardo Viana Melo Gestor Ambiental Masp: 1306853-1
De acordo: Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	 Renata Alves dos Santos Coord. do Núcleo de Autos de Infração Masp: 1364404-2
De acordo: Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1380348-1	 Sérgio Nascimento Moreira Gestor Ambiental Masp: 1380348-1

1. RELATÓRIO

Em 26 de setembro de 2016 foi lavrado pela Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental, o Auto de Infração nº 87076/2016, que contempla as penalidades de MULTA SIMPLES no valor total de R\$ 1.661,46, EMBARGO DAS ATIVIDADES e ADVERTÊNCIA, por ter sido constatada a prática das seguintes irregularidades:

- I – captar ou derivar água superficial em desconformidade com a outorga (código de uso 04; Processo nº 05694/2009);
- II – derivar, utilizar e intervir em recursos hídricos, nos casos de uso insignificantes definidos em deliberação normativa do CERH, sem o respectivo cadastro (código de uso 03);
- III – derivar, utilizar e intervir em recursos hídricos, nos casos de uso insignificantes definidos em deliberação normativa do CERH, sem o respectivo cadastro (código de uso 08)” (Auto de Infração nº 87076/2016).

Em 25 de abril de 2018, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantidas as penalidades aplicadas.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 66, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, portanto tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

- 1.1. Ausência de ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal formal;
- 1.2. Ausência de elementos indispensáveis à formação do Auto de Infração;
- 1.3. Descrição incompleta da infração I;
- 1.4. Ausência de intimação para alegações finais no processo administrativo;
- 1.5. Ausência de infração;
- 1.6. Aplicação das atenuantes descritas no Art. 68, I, alíneas “c” e “f” do Decreto Estadual nº 44.844/2008;



- 1.7. Violação de devido processo legal material por não observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e insignificância;
- 1.8. Requerimento de perícia técnica no empreendimento;
- 1.9. Conversão de 50% da multa mediante assinatura de TAC, para medidas de melhorias do meio ambiente.

2. FUNDAMENTO

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

2.1. Dos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal formal

Argumenta o recorrente a existência de violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal formal, o que tornaria viciado o Auto de Infração.

Entretanto, conforme se extrai do procedimento seguido no âmbito deste processo administrativo, bem como da regularidade instrumental do Auto de Infração em análise, o que já foi comprovado na análise realizada em primeira instância, todos os meios de defesa foram assegurados ao recorrente, possibilitando defesa e apresentação de provas, inexistindo qualquer vício capaz de anular o Auto de Infração nº 87076/2016 e tendo sido seguidos corretamente os procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 44.844/2008, vigente à época, bem como do atual Decreto Estadual nº 47.383/2018.

2.2. Da validade do Auto de infração

O recorrente questiona a validade do auto de infração por não conter os requisitos previstos no artigo 27 e 31 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, afirmando o dever de descrição expressa no Auto de infração em análise, sob pena de nulidade do ato administrativo. Entretanto, mais uma vez não possui razão o recorrente.

No Estado de Minas Gerais, as normas referentes à tipificação e classificação de infrações às normas de proteção ao meio ambiente, bem como os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, à época da infração estavam devidamente estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008.

O recorrente equivoca-se ao afirmar que o Auto de Infração não contém todos os elementos indispensáveis à sua lavratura, previstos no art. 31 do referido Decreto, uma vez que, o fato de não constar circunstâncias atenuantes e agravantes, significa que o empreendimento não possui qualquer das circunstâncias.

Da mesma forma, não procede a alegação de que o Auto de Infração é omissivo quanto às observações incumbidas ao agente fiscalizador, previstas no art. 105 da Lei Estadual nº



20.922/2013 e no art. 27 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, pois, diferentemente do alegado no recurso, todas as circunstâncias constantes nos referidos artigos foram observadas durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, não existindo qualquer comando legal que determine que as mesmas sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço.

Segundo estabelecido no aludido Decreto, as circunstâncias mencionadas na defesa tratam de critérios que devem ser observados durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, na forma definida naquela norma legal. Senão vejamos:

"Art. 27 [...]

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pela SUCFS, SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

[...]

III – lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;" (sem destaques no original)

Assim, ao contrário do alegado no recurso, o Auto de Infração possui todos os requisitos de validade previstos nos artigos 27 e 31, ambos do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

2.3. Da alegação de descrição incompleta da infração 1.

Afirma o recorrente que a infração nº 1 não está corretamente descrita, pois foi lavrada de forma confusa e superficial, por não indicar qual das condutas foi praticada: "captar ou derivar". Afirma que também não informa qual o tipo de desconformidade.

No entanto, não existe qualquer descrição incompleta da infração nº 1. Ressalte-se que na descrição da infração nº 1, há indicação do Processo de Outorga nº 05694/2009, que autoriza a atividade de CAPTAÇÃO de águas públicas no córrego Barriguda, em barramento já existente. Assim, não há qualquer "confusão" na descrição do tipo, uma vez que a descrição trata da literalidade do que está disposto no código 214, bem como esclarecida faticamente com a menção ao processo de outorga correspondente, que trata de captação. Portanto, inexistente nulidade por "descrição confusa", uma vez que a descrição da infração está completa.

Ressalte-se que também não existe descrição superficial, pois há clara informação sobre o tipo de desconformidade. Frise-se, que o auto de infração em análise, deve ser lido em conjunto com o Auto de Fiscalização nº 33374/2016.





O Auto de Infração nº 87076/2016, na parte final da descrição da infração, indica que houve captação em desconformidade com a portaria de outorga concedida no Processo nº 05694/2009. Em análise as circunstâncias descritas para essa captação, no Auto de Fiscalização nº 33374/2016, verifica-se que a autuação ocorreu pelo fato do recorrente não ter cumprido a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2302/2015, tendo em vista que no momento da fiscalização não existia horímetro instalado na referida captação, conforme descrito em fl. 05.

Desta forma, inexistente descrição superficial da infração nº 1, com plena motivação das circunstâncias fáticas que deram ensejo a lavratura do auto de infração em análise.

2.4. Da alegação de ausência de intimação para alegações finais

Quanto à afirmação de ausência de intimação para alegações finais no processo administrativo, o que iria de encontro com o artigo 36 da Lei Estadual nº 14.184/2002, também carece de amparo jurídico a alegação realizada, pois, a norma específica que rege os procedimentos administrativos relativos à fiscalização e aplicação de penalidades por infrações ambientais é o Decreto Estadual nº 47.383/2018, onde não há previsão normativa para a fase apresentação de alegações finais.

Ressalte-se, ainda, que nem mesmo o Decreto Estadual nº 44.844/2008, possuía previsão de alegações finais no processo administrativo ambiental, motivo pelo qual a alegação é totalmente insubsistente.

2.5. Da alegação de ausência de infração

O recorrente afirma que o servidor não realizou vistoria no local da infração e lavrou o auto de fiscalização com base em arquivos da SUPRAM e dos dados do SIAM, não sendo assim possível identificar a inexistência do equipamento horímetro. Afirma que após a fiscalização que deu origem ao Auto de Fiscalização nº 33364/2016, adquiriu o equipamento horímetro, conforme fotos colacionadas ao recurso administrativo. Destacou que diante da ausência de fiscalização, bem como da instalação do horímetro, deve ser declarado nulo o auto de infração em análise.

Todavia, conforme a própria narrativa contextualizada pelo recorrente, na data da fiscalização não havia o equipamento horímetro instalado na captação, o que atrai a aplicação das penalidades, uma vez que a instalação posterior do equipamento, não retira a desconformidade evidenciada pelo descumprimento da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2302 de 05 de outubro de 2015, que na data da fiscalização já estava vigente.

É importante esclarecer que a vistoria/fiscalização no local da infração foi realizada em 20 de julho de 2016, conforme Auto de Fiscalização nº 33364/2016, assinado pela esposa do autuado, Elaine Guareschi.



Ressalte-se que o Auto de Fiscalização nº 33374/2016, conforme nele informado, foi lavrado em complementação ao Auto de Fiscalização nº 33364/2016.

As informações que subsidiaram a lavratura do Auto de Infração nº 87076/2016, foram colhidas na fiscalização realizada no empreendimento (em 20/07/2016), sendo complementadas pelas informações constantes dos arquivos da SUPRAM Noroeste de Minas, uma vez que os técnicos responsáveis, antes da lavratura do respectivo Auto de Infração, verificaram as condições de regularidade ambiental e documentos expedidos pelo órgão ambiental. Portanto, o contexto fático que deu origem ao auto de infração em análise, foi verificado na fiscalização ao empreendimento (20/07/2016).

Assim, após fiscalização e análise dos arquivos do órgão ambiental, verificou-se a necessidade de lavratura de auto de fiscalização complementar, o AF nº 33374/2016.

Assim, a alegação de ausência de fiscalização/vistoria no empreendimento não se sustenta em termos fáticos, uma vez que a menção aos arquivos da SUPRAM Noroeste não gera qualquer nulidade na autuação, pois o auto de infração foi lavrado, com base em fiscalização realizada no local em 20/07/2016, que originou tanto o AF nº 33364/2016, como o AF complementar nº 33374/2016.

Portanto, plenamente caracterizada a infração em análise, devendo ser mantida a penalidade aplicada no Auto de Infração nº 87076/2016, para a infração nº 1.

2.6. Do requerimento de perícia

O Decreto Estadual nº 44.844/2008, que estabelecia os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, à época da autuação, não previa, além da vistoria *in loco*, a necessidade de realização de qualquer outro exame técnico para a constatação de infrações ambientais, sendo as mesmas verificadas durante a fiscalização no empreendimento e devidamente relatadas em Boletim de Ocorrência ou Auto de Fiscalização específico. Vejamos:

"Art. 30. Realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, registrando-se os fatos constatados e as informações prestadas, observadas as diretrizes do inciso III do art. 27".

Neste sentido, também estabelece o art. 61 do atual Decreto Estadual nº 47.383/2018:

"Art. 61 – A lavratura de auto de infração dispensa a realização de perícia pelo órgão ambiental, cabendo o ônus da prova ao autuado".

OCORRÊNCIA 452405/18



Pag.: 95



Portanto, a ausência de perícia técnica não é apta a eximir o autuado das penalidades aplicadas, por falta de embasamento para tanto, sendo certo que o empreendimento foi fiscalizado pela equipe desta Superintendência, que verificou, *in loco*, todas as questões ambientais inerentes ao empreendimento.

2.7. Das atenuantes requeridas

Quanto à aplicação das atenuantes previstas no artigo 68, inciso I, alíneas "c" e "f" do Decreto Estadual nº 44.844/2008, verifica-se a total inaplicabilidade pelos motivos a seguir expostos.

Quanto às consequências dos fatos ensejadores da autuação, não podem ser consideradas de menor gravidade, eis que se trata de infração classificada como GRAVE pelo Decreto 44.844/08, não sendo cabível, portanto, a aplicação da atenuante constante na alínea "c".

Quanto à atenuante de possuir reserva legal averbada e preservada, verifica-se que não foram juntadas todas as matrículas do imóvel, para comprovar a averbação da reserva legal.

Ressalte-se que a imagem do parecer do processo licenciamento ambiental (fls. 82), corresponde a parecer de licenciamento da área existente no ano de 2008 e na própria imagem é possível visualizar que a área total do empreendimento em 2008 era 1058,82 hectares. À época efetivamente o recorrente possuía 20% dessa área total averbada como reserva legal, conforme informa o parecer da SUPRAM Noroeste no processo de licenciamento nº 05115/2004/001/2008. Note-se que a área de reserva legal do empreendimento à época era de 211,80 hectares.

Entretanto, conforme informações apresentadas pelo recorrente ao órgão ambiental, desde 2014 a área da propriedade foi ampliada, tendo atualmente cerca de 7.234,3894 hectares, conforme FCE, em anexo, referente ao processo de revalidação de licença ambiental. Informações que também podem ser obtidas através do Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM).

Assim, inexistente comprovação nos autos deste processo administrativo de que a área de reserva legal da propriedade, considerando toda a extensão da área, está averbada nas matrículas do imóvel, uma vez que os referidos documentos não foram apresentados. Motivos pelo qual é inaplicável a atenuante prevista na alínea "f".

Ressalte-se, que na análise da defesa administrativa, já foi aplicada a atenuante prevista na alínea "f", art. 68, I do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Assim, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de qualquer das atenuantes requeridas no recurso administrativo e relacionadas no art. 68 do Decreto nº 44.844/2008.



Logo, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em análise.

2.8. Aplicação dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da insignificância

No que tange a alegação do recorrente de que o valor da multa viola os Princípios do devido processo legal material, da Razoabilidade e Proporcionalidade, porque não é compatível com a pouca lesividade da infração e a atividade desenvolvida, a mesma padece de fundamento jurídico válido, eis que a autuação foi realizada considerando os valores mínimos estabelecidos no art. 66, do Decreto nº 44.844/2008, considerando os tipos de infrações verificadas e o porte do empreendimento.

Da mesma forma, também não pode prosperar a alegação de que a irregularidade apontada no Auto de Infração está agasalhada pelo Princípio da Bagatela ou Insignificância, vez que o próprio Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 84, anexo II, código 214, definiu que se trata de infração considerada GRAVE.

Por tal motivo, não é admissível que infração de natureza grave, prevista em norma ambiental vigente, possa ser considerada insignificante, conforme tenta fazer parecer a defesa.

2.9. Do pedido de conversão da multa em medidas de melhoria e assinatura de TAC

Em relação ao pedido de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – para conversão do valor da multa simples, ressalta-se que o Decreto Estadual nº 47.383/2018 não prevê a possibilidade de assinatura de TAC para tal finalidade.

O art. 136, do aludido Decreto, prevê a possibilidade de conversão do valor da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, mediante assinatura de Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM, apenas para os Autos de Infração lavrados a partir de 03/03/2018, data da entrada em vigência do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Com relação ao pedido de conversão do valor da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, tal conversão somente pode ser aplicada aos autos de infração lavrados após 03 de março de 2018, data do início da vigência do Decreto Estadual nº 47.383/2018, nos termos do art. 136, do referido Decreto.



Dessa forma, uma vez que o Auto de Infração em análise foi lavrado antes da vigência do Decreto Estadual nº 47.383/2018, não há possibilidade de realizar a conversão requerida pela defesa, ante a regra estabelecida na norma supracitada.

2.10. Da penalidade de embargo das atividades (infração nº 1)

Ressalte-se que em função da comprovação da instalação do sistema de horímetro e hidrômetro, na captação referenciada na nº 1, conforme fotos colacionadas no recurso administrativo e recibo/nota fiscal juntadas às fls. 90-91, é possível verificar que o recorrente adequou a captação ao que determina a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 2302/2015.

Neste sentido, sugere-se a exclusão da penalidade de embargo das atividades referente a infração nº 1, uma vez que foi realizada a regularização.

2.11. Das infrações nº 2 e 3

Destaque-se, conforme já definido na decisão administrativa que analisou a defesa, subsidiada pelo Parecer Único Defesa nº 332/2018, que houve a definição de anulação da infração nº 2, tendo em vista que foi formalizado processo em data anterior a fiscalização e o mesmo já se encontra com análise técnica concluída; quanto à infração nº 3, verificou-se o cumprimento da penalidade de advertência.

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura do Auto de Fiscalização e Auto de Infração, bem como a aplicação das penalidades em análise, se deram em expresse acatamento às determinações da legislação ambiental.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM Noroeste de Minas, nos termos art. 73-A do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **EXCLUSÃO** da penalidade de EMBARGO das atividades e a **MANUTENÇÃO** da penalidade de MULTA SIMPLES, com redução de 30% no valor base, em razão da circunstância atenuante prevista no artigo 68, I, "i" do Decreto Estadual nº 44.844/2008, quanto à infração nº 1; a **ANULAÇÃO** da infração nº 2, nos termos do art. 64 da Lei Estadual nº 14184/2002; e a **MANUTENÇÃO** da penalidade de ADVERTÊNCIA referente à infração nº 3, sem conversão em multa simples, uma vez que a mesma foi cumprida.